

Ata da Reunião do Conselho

ATA Nº 29/96-CET

No dia 27 de Novembro de 1996, com início às 17,20 horas, na sede da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, à Al. Carlos de Carvalho, 603, 6º andar, com a presença dos conselheiros signatários da Lista de Presenças própria, tendo a FETAEP justificado, por escrito, sua ausência, mediante Of. Nº 614/96-Sec/FETAEP, de 19/11/96 e com a presença de Norberto Ortigara, diretor do DERAL e Vicente Barbosa e Finco, da FAEP, reuniu-se o Conselho Estadual do Trabalho, em sua 23ª Reunião Ordinária, para deliberar sobre os seguintes assuntos de pauta e extra-pauta: 1- Apreciação da Ata anterior de Nº 28. 2- Homologação de Conselhos Municipais do Trabalho. 3- Apreciação de proposta de Resolução Nº 55/96-CET, alterando fluxos e procedimentos no âmbito do PROGER. 4- Apreciação do Projeto de Lei Nº 466/96, do Deputado Ricardo Chab, criando o Programa de Erradicação do Desemprego no Paraná (Minuta distribuída na última Reunião do CET). 5- Exposição pelo Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento sobre Imposto Territorial Rural e Imposto Sindical Rural e outros assuntos de interesse de ambas as Secretarias. 6- (Extra-pauta): Termo de Compromisso no âmbito do setor da cana-de-açúcar. 7- (Extra-pauta): Apreciação de proposta de Resolução Nº 58/96-CET. 8- (Extra-pauta): Proposta de alteração de data da próxima Reunião do CET. 9- (Extra-pauta): Apreciação de proposta da resolução Nº 57/96-CET. 10- Informes Gerais: a) Of. Circ. Nº 009/SE/MTb; b) Of. Circ. Nº 68/DIAF/SE-CODEFAT/SPES/MTb; c) Outros (em aberto). ITEM UM: Foi aprovada, sem emendas ou adendos, a ata anterior, de Nº 28. ITEM DOIS: Não houve Conselhos Municipais do Trabalho novos nem recomposições a homologar. ITEM TRÊS: Foi aprovada a Resolução de Nº 55/96-CET, estabelecendo novos fluxogramas operacionais no âmbito do PROGER URBANO e RURAL, a partir de 1º/04/97. ITEM QUATRO: Posto em discussão o Projeto de Lei Nº 466/96, do Deputado Ricardo Chab, propondo a criação do Programa de Erradicação do Desemprego no Paraná, o conselheiro Daniel Farias, da CUT, informou que a proposta estava ainda em discussão no âmbito da Central e propôs a retirada do assunto de pauta, permitindo mais tempo para aprofundamento, no que foi apoiado por Vanderley Quaquerini, da Força Sindical. Pedro de Paula Filho questionou a constitucionalidade do projeto, considerando que o mesmo, ao que parece, deveria vir do Executivo. Sérgio Wosniaki ponderou que a isenção parcial do ICMS não era item atrativo capaz de estimular empresários a gerar mais empregos. Sinval Z. L. Machado propôs que se informe à assessoria do deputado que o Conselho Estadual do Trabalho, através das entidades nele representadas, está estudando o projeto e que o CET gostaria de contribuir oportunamente e que, para tanto, o projeto seja retirado de pauta da atual reunião, voltando a ser abordado na primeira Reunião do CET de 1997, proposta que foi acolhida pelo plenário. ITEM CINCO: Na sequência, o Sr. Presidente apresentou Norberto Ortigara, diretor do DERAL/SEAB e historiou o contato do conselheiro Sinval com o Secretário Hermas Brandão, da Agricultura e do Abastecimento, que havia se proposto a estar nesta Reunião do CET, para debater questões relativas ao Imposto Territorial Rural e Imposto Sindical Rural e que ora se fazia representar por Norberto. Com a palavra, Norberto Ortigara justificou a ausência do Secretário Hermas Brandão, agradeceu o convite, e fez breve relato sobre ambos os impostos, conceituando-os, mostrando sua dinâmica de funcionamento e, sobretudo, mostrando algumas incoerências internas, inclusive o fato de o imposto sindical ser maior que o territorial e a confusão que causa junto aos contribuintes o fato de ser cobrado juntamente com o ITR. Informou que o imposto sofreu mudança via MP 1528/96, deixando de ter um valor atribuído pela Receita Federal com alíquotas de 1 a 60, para ter valor

declaratório, com base no qual o contribuinte pagará o imposto e também será ressarcido, caso sua propriedade venha a ser destinada para fins de reforma agrária. Informou também sobre a atualização do valor das alíquotas, muito defasadas. Comentou sobre a próxima extinção do imposto sindical urbano e rural. O conselheiro Sinval considerou que, com a explanação, o objetivo foi atingido e propôs o esforço no sentido da ampliação da integração entre SERT/SEAB, não só em função das Vilas Rurais, mas tantos outros programas, em especial, o aproveitamento dos Conselhos Municipais do Trabalho, para a gestão dos Programas do Paraná 12 Meses e outros. Jair Pedro Vendruscolo, coordenador de Geração de Emprego e Renda/SERT, lembrou as ações que já vem sendo feitas entre SERT/SEAB/EMATER, no tocante a Vilas Rurais, Paraná 12 Meses, operacionalização do PROGER RURAL e PRONAF. Norberto Ortigara disse que o esforço de integração deve prosseguir e, quanto aos Conselhos, informou que o BID exige conselhos específicos, mas que, na realidade, haverá a participação das mesmas entidades, possibilitando, portanto, o entrosamento. Jair propõe que se caminhe no sentido da constituição de um Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, com câmaras setoriais voltadas a setores ou questões específicas. Pedro de Paula Filho reforçou a necessidade de treinar os conselheiros, torná-los conscientes do seu verdadeiro papel e evitar o atrelamento aos executivos municipais. Agradeceu a contribuição de Ortigara, colocando à disposição o Conselho e solicitando que transmitisse aos Secretário as questões aqui abordadas e as expectativas de ampliação da integração entre ambas as Secretarias. ITEM SEIS (Extra-pauta): Aceita a inclusão em pauta, foi apresentada por Pedro de Paula Filho e Aloize Gogola a Minuta de Termo de Compromisso, a ser firmado entre entidades representativas de trabalhadores e empregadores e poder público, relacionadas com o plantio, cultivo, colheita e industrialização da cana-de-açúcar, visando a erradicação do trabalho infantil, a profissionalização do trabalho do adolescente e a saúde e segurança no trabalho. A minuta foi aprovada no seu teor e objetivos e autorizada a sua assinatura pela presidência do Conselho. ITEM SETE (Extra-pauta): Aceita a inclusão em pauta, foi posta em apreciação a minuta de Resolução Nº 58/96-CET, que introduz a "telefonia rural" entre os itens financiáveis no PROGER RURAL, a qual foi aprovada por unanimidade. ITEM OITO (Extra-pauta): Feitas as justificativas, entre as quais a programação de viagens para reuniões com os novos prefeitos, promovidas pela SERT, foi adiada a próxima Reunião do Conselho Estadual do Trabalho, para o dia 19/12/96, anteriormente prevista para o dia 18/12/96. ITEM NOVE (Extra-pauta): Aceita a inclusão em pauta, foi apreciada a proposta de Resolução Nº 57/96-CET, referente à aprovação do Plano Estadual de Qualificação Profissional/97. Após exposição do seu conteúdo e das justificativas para a abordagem do tema na presente data, pelo Coordenador de Formação Profissional, Nircélio Zabot, houve amplo debate de esclarecimentos e questionamentos por diversos conselheiros quanto à proposta, preocupados com a priorização de setores a serem atendidos e a qualidade dos cursos. Feitos os devidos esclarecimentos com base no teor da Resolução Nº 126, de 23 de Outubro de 1996, do CODEFAT e orientações prestadas pela Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional-SEFOR/MTb e avaliados os prazos para apresentação do Plano ao Mtb, decidiu-se pelo seguinte encaminhamento: realizar, no dia 28/11/96, às 17.00 horas, na SERT, uma reunião informal de membros do CET interessados em contribuir na adequação de programas e valores, constantes das Tabelas anexas da referida Resolução e, feito isto, tomar as assinaturas dos conselheiros, considerando-se a Resolução aprovada na presente reunião, possibilitando, assim, a manutenção dos prazos estabelecidos pela SEFOR/MTb. ITEM DEZ: O Presidente, Sr. Pedro de Paula Filho, passou, então, ao item dos Informes Gerais, quando foi abordado o que segue: a) Of. Circ. Nº 009/SE/MTb: O Presidente historiou seu contato com o Secretário Executivo do Mtb, Dr. Antônio Augusto Junho Anastasia, presente no Cursos de Mediação, realizado outubro passado na ULT, o qual havia mostrado preocupação com uma série de Estados que não estavam atendendo aos ditames

da Lei 8.666 quanto à licitação dos cursos, dizendo que enviaria ofício sobre a questão, o que fez mediante o Of. Cir. Nº 009/96/SE/MTb, de 24/10/96. Ficou evidenciado que o Paraná segue rigidamente a Lei, mas com prejuízo à qualidade dos cursos, pela falta de aperfeiçoamento do processo licitatório que, atualmente, só leva em conta o menor preço. Lembrou que determinou o envio de cópia do referido ofício ao Coordenador da Comissão Permanente de Fiscalização e Acompanhamento da Formação Profissional, o conselheiro José Carlos Feliciano Moreira. Disse também que é preciso que a Comissão se reúna e se posicione com urgência., de modo que se possa ter referências quanto aos procedimentos a serem adotados, já que a questão vem sendo tratada de forma muito divergente, tanto no âmbito de cada Estado da União, como há interpretações e recomendações contraditórias até mesmo dentro dos vários setores do Mtb. O conselheiro Daniel Farias, da CUT, prometeu entregar à Comissão um Manual de Orientações de Santa Catarina que encontrou formas de viabilizar as licitações dentro da legislação e sem prejuízo da qualidade. b) Of. Circ. Nº 68/DIAF/SE-CODEFAT/ SPES/MTb: Foi entregue cópia, contendo o Relatório Nacional da Aplicação dos Recursos do PROGER, no período de dez/95 a set/96. c) Foi entregue cópia do Relatório de Atividades da ULT/SERT, exercício/96, e o Sr. Presidente, na oportunidade, chamou a atenção dos conselheiros sobre a importância da entidade para o movimento sindical e popular e para o desenvolvimento das próprias ações da SERT, mas que, infelizmente, o Governo do Estado está transformando aquele espaço na Universidade do Esporte. Os conselheiros, então, solicitaram ao Secretário que fizesse gestões junto ao Governador no sentido equalizar a questão sem prejuízo dos objetivos da entidade. d) Foi entregue cópia da Sistematização do Relatório do Encontro Nacional das Comissões Estaduais de Emprego, realizado em São Paulo, em maio/96, agora na versão definitiva, tendo sido já entregue anteriormente cópia apostilada. e) Foi entregue aos conselheiros cópia da Programação dos Encontros Regionais, promovidos pela SERT com os novos prefeitos, conselheiros municipais, agentes operacionais e outros. Dispuseram-se a participar dos Encontros os seguintes Conselheiros Estaduais, além do Secretário Joni Varisco e seu suplente Aloize Gogola: e.1) Aparecido D. E. Lopes: Maringá (12/12/96); e.2) Pedro de Paula Filho: Ponta Grossa (03/12/96), Guarapuava (04/12/96 - a confirmar), Londrina (11/12/96), Foz do Iguaçu (16/12/96); e.3) Daniel Farias: Ponta Grossa (03/12/96) e Francisco Beltrão (18/12/96). O Presidente solicitou às entidades presentes que mobilizassem os conselheiros municipais das respectivas bancadas para a participação dos Encontros Regionais. f) Foi entregue cópia do Boletim CODEFAT- Ano 1-Nº4. Esgotada a pauta e extra-pauta, foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente e a presente ata redigida por mim, Aloize Gogola, que a subscrevo. Curitiba, 29 de Novembro de 1996.